G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

O G20 e a Arquitetura Global da Saúde: Subsídios para a Reforma da OMS

El G-20 y la arquitectura sanitaria mundial: aportaciones para la reforma de la OMS

G20 and the Global Health Architecture: Insights for WHO Reform

Resumo: O presente informe constitui uma análise temática voltada a mapear as posições do G20 acerca da reforma da governança global e da Arquitetura Global da Saúde. À luz da criação da Força-Tarefa Conjunta da Organização Mundial da Saúde (OMS), instituída na 79ª Assembleia Mundial da Saúde para formular propostas de reestruturação do setor até 2027, o documento examina os impasses e o distanciamento de pautas sob a presidência norte-americana em 2026. Em contrapartida, resgata os entendimentos substantivos pactuados nos mandatos do Brasil (2024) e da África do Sul (2025), demonstrando como os consensos pregressos podem fornecer elementos para subsidiar recomendações para o redesenho institucional da agência.

Palavras-chave: G20; EUA.

Resumen: *El presente informe constituye un análisis temático destinado a recabar las posiciones del G-20 sobre la reforma de la gobernanza mundial y la arquitectura sanitaria mundial. A la luz de la creación del Grupo de Trabajo Conjunto de la Organización Mundial de la Salud (OMS), establecido en la 79.ª Asamblea Mundial de la Salud para formular propuestas de reestructuración del sector de aquí a 2027, el documento examina los bloqueos y el distanciamiento en las agendas bajo la presidencia estadounidense en 2026. Por el contrario, recupera los acuerdos sustantivos alcanzados durante los mandatos de Brasil (2024) y Sudáfrica (2025), demostrando cómo los consensos anteriores pueden aportar elementos que respalden las recomendaciones para el rediseño institucional de la agencia.*

Palabras clave: *G20; EE. UU.*

Abstract: *This report presents a thematic analysis mapping the G20's positions on reforming global governance and the Global Health Architecture. In light of the creation of the World Health Organization (WHO) Joint Task Force—established at the 79th World Health Assembly to formulate proposals to restructure the sector by 2027—this document examines the impasses and divergences in the agenda under the U.S. presidency in 2026. In contrast, it revisits the substantive agreements reached during the presidencies of Brazil (2024) and South Africa (2025),*

showing how past consensus can inform recommendations for the agency's institutional redesign.

Keywords: *G20; USA.*

O debate sobre a reforma da governança global e das principais instituições multilaterais, historicamente centrado na modernização de instâncias como a Organização das Nações Unidas, tem atravessado momentos de redefinição. Um dos exemplos mais expressivos dessa movimentação reside na criação da Força-Tarefa Conjunta incumbida de orientar as reformas na Organização Mundial da Saúde (OMS) e em suas unidades satélites. Composta por representantes de 14 países e 9 representantes da organização, a instância foi instituída para formular o conjunto de diretrizes que conformará a Reforma da Arquitetura Global da Saúde, cujos resultados serão apresentados na 80ª Assembleia, em maio de 2027. A iniciativa busca responder a transformações estruturais profundas no cenário internacional, marcadas pela expansão de capacidades regionais e soberanias nacionais, pela alteração nos perfis de risco epidemiológico, pelo avanço veloz da inteligência artificial e das tecnologias digitais e pela retração expressiva no financiamento setorial. Conforme apontado nos termos de referência do grupo, a multiplicação substancial de atores no setor, embora relevante, ampliou a complexidade do sistema e gerou assimetrias de poder, redundâncias e uma fragmentação que limita a apropriação nacional, o impacto e a equidade das políticas de saúde, tornando indispensável examinar de que maneira as principais economias do mundo têm se posicionado diante desse esforço de reorganização institucional.

No âmbito do G20, longe de consolidar uma postura consensual sobre a reestruturação desses organismos, o fórum tem refletido uma dissonância, acentuada pela chegada dos Estados Unidos à presidência do grupo em 2026. Ao assumir a presidência rotativa, o governo norte-americano promoveu uma guinada deliberada nos trabalhos, condicionando a atuação do bloco a um retorno estrito às suas funções econômicas fundacionais que remetem à crise econômica de 2008. Sob a justificativa de priorizar soluções práticas, resultados concretos e a restauração da força dos Estados Unidos no plano internacional, a nova gestão adotou um afastamento sistemático das discussões transversais e de cunho social que haviam norteado os ciclos anteriores comandados pelo Sul Global. Essa mudança estrutural substituiu agendas pautadas em uma governança coletiva por um modelo estritamente fundamentado na preservação da soberania nacional e na autonomia das políticas domésticas de cada Estado-membro.

Em termos organizacionais, essa reformulação do bloco resultou na concentração das atividades em três eixos prioritários. A estratégia norte-americana estruturou-se em torno da desregulamentação para fomentar a competitividade e o emprego, do pragmatismo energético voltado à abundância e à segurança das cadeias de suprimento, e da aceleração tecnológica baseada na liderança em inteligência artificial e na inovação privada. Longe de se limitarem a ajustes programáticos, esses eixos, no entanto, parecem delimitar melhor uma concepção específica de fórum multilateral, na qual a cooperação internacional é reduzida à facilitação de investimentos e à remoção de encargos para as empresas, descartando a construção de compromissos regulatórios globais ou de reformas institucionais abrangentes.

Talvez o reflexo mais prático dessa movimentação tenha se manifestado no afunilamento sem precedentes da própria governança do G20, que passou a operar com apenas quatro grupos de trabalho ativos. Esse desenho restritivo expurgou formalmente do centro das

negociações temas que mobilizaram a diplomacia global nos últimos anos, como as mudanças climáticas, as questões de gênero, o enfrentamento das desigualdades e, de forma categórica, as discussões sobre a arquitetura da saúde global. Ao defender que o foco restrito nas crises econômicas e financeiras imediatas é a única via para assegurar a relevância do grupo, a Casa Branca impôs uma agenda que, no limite, tem alimentado forte ceticismo entre as delegações, que veem com desconfiança a viabilidade de se construir qualquer consenso substantivo durante a futura Cúpula de Miami diante da postura unilateral adotada pelo país anfitrião.

Além disso, o esvaziamento das pautas multilaterais é agravado pelo desgaste nas relações entre os Estados Unidos e a África do Sul, o que compromete o princípio fundador do consenso do bloco. As tensões escalaram a partir de gestos institucionais hostis, como a exclusão da bandeira sul-africana da plataforma oficial da presidência e a imposição de barreiras à circulação da delegação de Pretória, por meio do controle de vistos e da recusa em reconhecer passaportes diplomáticos. As justificativas mobilizadas pelo governo norte-americano desde o ano passado, baseadas em alegações de Donald Trump sobre desapropriações ilegais de terras e episódios de violência no campo, encontram forte contestação em dados técnicos que demonstram a ausência de viés racial e a baixa representatividade dessas ocorrências no contexto da criminalidade geral do país. A resposta de Pretória, traduzida na suspensão temporária de sua participação presencial e em uma pausa comercial nas atividades do bloco, expõe a gravidade do momento institucional que enfraquece a própria legitimidade decisória do fórum.

O afastamento das discussões sobre a reforma dos organismos internacionais na gestão norte-americana ganha contornos ainda mais nítidos quando contrastado com a trajetória mais recente do G20, especialmente sob as lideranças da África do Sul em 2025 e do Brasil em 2024. Torna-se indispensável, portanto, reconstituir a forma como essas agendas foram conduzidas e dimensionar a extensão da ruptura no cenário atual. Esse diagnóstico retrospectivo fornece a base analítica para um exercício de prospecção voltado a subsidiar recomendações ao processo de reforma da OMS.

Foi sob o mandato brasileiro que a reestruturação da governança multilateral ascendeu formalmente ao centro da agenda do bloco, alicerçada no diagnóstico de que as instituições forjadas no contexto pós-Segunda Guerra Mundial se tornaram anacrônicas e incapazes de responder aos desafios contemporâneos de fome, pandemias, desigualdade e mudanças climáticas. Essa premissa traduziu-se em diversos resultados de gestão, como a convocação de uma reunião ministerial inédita na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, na qual os chanceleres do G20 aprovaram, por consenso, o Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global. O documento, na época, estipulou compromissos detalhados para a modernização do sistema internacional, defendendo, por exemplo, a revitalização da Assembleia Geral da ONU e uma reforma transformadora do Conselho de Segurança, orientada a torná-lo mais representativo, legítimo e democrático por meio da inclusão de nações da África, da América Latina e do Caribe e da Ásia-Pacífico.

Em paralelo a essas diretrizes, a gestão brasileira também iniciou articulações e apresentou propostas para a arquitetura financeira internacional. No que tange ao aspecto das reformas, o plano de ação contemplou a revisão das quotas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para corrigir assimetrias de voto, a criação da vigésima quinta cadeira no Conselho Executivo da entidade dedicada à África Subsaariana, a ampliação da capacidade de crédito dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento em apoio à Agenda 2030 e o aprimoramento das

funções da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Brasil também introduziu no G20 o debate pioneiro sobre a tributação progressiva voltada às grandes fortunas, pauta que reuniu forte adesão entre as economias emergentes, mas que encontrou resistências pontuais de potências desenvolvidas, com destaque para os Estados Unidos e o Reino Unido.

No campo da saúde pública, a gestão brasileira estruturou sua atuação em torno da construção de sistemas resilientes, articulando quatro eixos prioritários: a prevenção, a preparação e a resposta a pandemias, com foco na descentralização da produção; a expansão da saúde digital e da telessaúde; a promoção da equidade no acesso aos serviços; e o enfrentamento direto dos impactos das mudanças climáticas. A capacidade de coordenação política do país traduziu-se na aprovação unânime de duas declarações ministeriais, pactuadas por consenso no Rio de Janeiro – uma declaração geral voltada à cooperação internacional, ao combate a epidemias e ao fortalecimento da força de trabalho em saúde, e outra específica dedicada à interseção entre eventos climáticos extremos, equidade e a abordagem de Saúde Única (One Health). Como entrega de maior materialidade, o fórum formalizou a criação da Coalizão para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, sediada inicialmente no Brasil, com modelo de financiamento voluntário, orientada a impulsionar a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de vacinas, medicamentos e diagnósticos para doenças socialmente determinadas que afetam populações vulneráveis. Mais do que entregas setoriais isoladas, tanto as diretrizes do Chamado à Ação quanto os compromissos sanitários foram incorporados à Declaração de Líderes do Rio de Janeiro. Ao chancelar tais temas na reunião, a Cúpula brasileira consolidou um momento de convergência que serviria de contraste imediato às dissonâncias abertas no ciclo seguinte, em solo africano, e ao desmonte dessas agendas sob a presidência norte-americana.

Esse movimento de fortalecimento institucional em prol da reforma da governança e da valorização da cooperação em saúde foi mantido pela África do Sul ao longo de 2025, sob a orientação conceitual da filosofia Ubuntu e dos pilares de solidariedade, igualdade e sustentabilidade. Na Cúpula de Joanesburgo, a Declaração de Líderes endossou e aprofundou os termos pactuados no ciclo anterior, reiterando a exigência de expansão do Conselho de Segurança da ONU e acolhendo os avanços na representatividade africana no FMI e nos mecanismos do Quadro Comum para tratamento da dívida soberana de países de baixa renda. Sob essa premissa de interdependência, a diplomacia sul-africana sustentou que o bloco não poderia restringir sua atuação a mandatos macroeconômicos, cabendo-lhe enfrentar, de forma ampla e ativa, as assimetrias estruturais do sistema internacional.

Essa abordagem refletiu-se diretamente no tratamento conferido à saúde, concebida na Declaração de Joanesburgo como um pilar indissociável da estabilidade econômica e da resiliência das nações vulneráveis. Embora as declarações do Rio de Janeiro e de Joanesburgo não tenham reservado à OMS um capítulo formal de reestruturação nos mesmos moldes das reformas exigidas para as instâncias das Nações Unidas, a modernização e a legitimidade institucional da agência ocuparam lugar de destaque em ambas as gestões. Sob a condução do Sul Global, o debate em torno da OMS estruturou-se em torno do fortalecimento de sua governança, da reafirmação de seu papel central de coordenação e, de modo determinante, da sustentabilidade de seu financiamento.

Na Declaração do Rio de Janeiro, em 2024, os líderes chancelaram a agência como a âncora indispensável da saúde global e defenderam que sua autonomia e autoridade fossem respaldadas por recursos financeiros adequados, previsíveis, transparentes e flexíveis,

formalizando apoio direto à Rodada de Investimentos da OMS e ao avanço das negociações do Acordo de Pandemias. Essa diretriz amadureceu e ganhou desdobramentos operacionais na África do Sul ao longo de 2025. Na Cúpula de Joanesburgo, a transformação da arquitetura de saúde foi expressamente vinculada à necessidade de uma governança transparente, responsável e concentrada nas funções centrais da OMS, celebrando-se como marco histórico o aumento das contribuições obrigatórias aprovado na 78ª Assembleia Mundial da Saúde. Em paralelo, o G20 defendeu que as recomposições financeiras de fundos globais fossem acompanhadas de reformas organizacionais para elevar a eficiência e mitigar a fragmentação de recursos, ao mesmo tempo em que saudou a adoção do Acordo de Pandemias naquele ano e as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional como instrumentos centrais de prevenção e resposta – além de incentivar o avanço das negociações do Acordo sobre o acesso a patógenos.

Apesar desses avanços, fissuras diplomáticas durante o mandato sul-africano começaram a se manifestar de forma explícita, revelando a resistência que viria a paralisar o tema da saúde global no ano seguinte. Durante a última Reunião Ministerial de Saúde realizada em Polokwane, a obtenção de uma Declaração conjunta foi inviabilizada pela recusa expressa da delegação dos Estados Unidos em assinar o texto, forçando a divulgação de um resumo da presidência (*Chair's Summary*). Segundo os relatos do então ministro sul-africano da Saúde, Aaron Motsoaledi, os negociadores norte-americanos rejeitaram a quase totalidade dos consensos construídos ao longo do ano, recusando qualquer formulação que contemplasse termos como solidariedade, equidade, sustentabilidade, inclusão e prevenção de pandemias, restringindo seu aval a menções isoladas ao combate às doenças não transmissíveis. O veto de Washington esvaziou compromissos centrais em torno do financiamento público para a atenção primária e para a cobertura universal de saúde, ignorando os alertas de organismos como a UNAIDS sobre os impactos devastadores do corte de ajuda financeira e do serviço da dívida nos sistemas de saúde de nações em desenvolvimento.

O distanciamento norte-americano culminou em um rompimento diplomático aberto na Cúpula de Líderes, quando o governo dos Estados Unidos confirmou o boicote presencial ao evento em Joanesburgo. Diante da ausência de Washington e da deserção de última hora da Argentina nas negociações do texto, o presidente Cyril Ramaphosa respondeu de forma tática ao homologar a Declaração de Líderes logo no primeiro dia dos trabalhos, assegurando que o grupo mantivesse sua operacionalidade apesar da obstrução de um membro permanente. Enquanto a diplomacia sul-africana celebrava o desfecho como uma vitória da eficácia das instâncias multilaterais, a Casa Branca reagiu acusando Pretória de manipular a presidência do bloco para atropelar divergências formais e prometeu que agiria para restaurar a legitimidade do G20 ao assumir o comando em 2026.

A persistência dessa agenda entre os defensores da coordenação multilateral, no entanto, continua ganhando expressão e, neste ano, manifestou-se na articulação diplomática liderada pelo Brasil e pela OMS. Em carta aberta conjunta endereçada aos chefes de Estado do G20, do G7 e do BRICS, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, cobraram intervenção política direta no mais alto nível para destravar a conclusão do Acordo sobre Pandemias da entidade. O documento apontou como gargalo decisivo a finalização do anexo sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS), peça regulatória indispensável para a entrada em vigor do tratado. Ao resgatarem os avanços do ciclo brasileiro de 2024, no qual o G20 reconheceu formalmente a desigualdade como determinante social e fator impulsionador de crises sanitárias, os líderes

evidenciaram o contraste com a atual gestão do grupo, cuja opção por não estruturar um Grupo de Trabalho dedicado à saúde interrompeu o avanço do tema entre as maiores economias. Apoiando-se no custo humano e econômico da pandemia de Covid-19 e no risco científico de novos surtos nos próximos anos, o manifesto buscou afastar receios sobre perdas de soberania ao recordar que o artigo 22 do texto do Acordo veda expressamente a interferência em legislações domésticas, impor quarentenas ou restringir viagens, reiterando que o compartilhamento ágil de dados genéticos exige uma contrapartida estável de acesso a tratamentos, vacinas e diagnósticos.

Os apelos pela preservação desse arcabouço normativo, contudo, colidiram de frente com as resistências manifestadas na última Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, encerrada em setembro sem a aprovação por consenso de sua Declaração Política. A principal obstrução partiu novamente do governo dos Estados Unidos, cuja delegação declarou ser inviável chancelar o texto integral devido à inclusão de conceitos considerados divisivos e às menções a negociações não concluídas sobre o sistema de partilha de benefícios. Essa recusa gerou uma divergência com o bloco de países em desenvolvimento, liderado pelo Grupo Africano e respaldado por nações como o Brasil, o México e o Haiti, que defenderam a aprovação do texto. Entre as nações desenvolvidas, essas diferenças também se manifestaram. Enquanto a União Europeia evitou bloquear o documento, apesar de estabelecer restrições severas ao uso generalizado de licenças compulsórias para proteger a propriedade intelectual, a Itália adotou uma postura de confronto institucional ao rejeitar a declaração, as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional e o próprio Acordo de Pandemias da OMS, alegando violação da soberania nacional e extrapolação das competências constitucionais da agência.

O impasse em torno do mecanismo PABS, que prevê a garantia de acesso dos países em desenvolvimento a pelo menos 20% da produção emergencial de insumos médicos em troca do fornecimento rápido de dados biológicos, reflete uma divergência complexa entre os países e demonstra os interesses estratégicos de Washington. Nos bastidores, a paralisia do tratado tem sido alimentada pela estratégia norte-americana de firmar acordos bilaterais diretos com nações de baixa renda, assegurando acesso prioritário a amostras e informações sobre patógenos em troca de pacotes de ajuda financeira, sem assumir obrigações multilaterais de fornecer produtos de saúde em tempo real durante uma emergência. Esse arranjo individualizado gera receio entre parceiros europeus quanto à competitividade de suas indústrias farmacêuticas frente à flexibilidade regulatória dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que aprofunda a polarização com potências como a China, que cobram o cumprimento de metas de financiamento e de transferência de tecnologia sob a coordenação da OMS.

Esse cenário de fragmentação e bloqueios sucessivos parece demonstrar que, sob a presidência norte-americana em 2026, o G20 abdicou de qualquer pretensão de construir um posicionamento comum sobre a reforma da governança global, em especial da OMS. A eliminação das instâncias formais de diálogo no bloco, com a extinção de Grupos de Trabalho, somada à obstrução deliberada em órgãos multilaterais e à preferência por negociações bilaterais, demonstra um afastamento da agenda de modernização institucional construída nos ciclos de liderança do Sul Global, distanciando-se dos princípios de equidade, solidariedade e governança inclusiva pactuados no Rio de Janeiro e em Joanesburgo. Ainda assim, a postura refratária de Washington não deve ser interpretada como um fator de paralisia incontornável. Da mesma forma que o boicote norte-americano em Joanesburgo não impediu a aprovação da

Declaração de Líderes, a oposição atual ao Acordo de Pandemias não anula o capital político acumulado pelos demais membros do bloco. As presidências do Brasil e da África do Sul demonstraram ser viável consolidar entendimentos substantivos sobre a governança global, baseados na ampliação da representatividade das nações em desenvolvimento, no reconhecimento da competência e da autoridade centrais da OMS e na exigência imperativa de um financiamento previsível, flexível e sustentável para o setor. Esses consensos, ainda que conquistados em gestões passadas, formam um *corpus* normativo consistente, capaz de subsidiar as recomendações da Força-Tarefa Conjunta, que agora estabelece as bases para a Reforma da Arquitetura Global da Saúde.

Referências

Agência Fiocruz de Notícias. (2026, 13 de agosto). Pesquisador da Fiocruz é o representante do Brasil na Reforma da Arquitetura Global da Saúde da OMS. Fundação Oswaldo Cruz. https://agencia.fiocruz.br/pesquisador-da-fiocruz-e-o-representante-do-brasil-na-reforma-da-arquitetura-global-da-saude-da-oms

Fletcher, E. R. (2026, September 25). UN declaration on pandemic readiness appears headed for General Assembly approval. Health Policy Watch. https://healthpolicy-watch.news/un-declaration-on-pandemic-readiness-appears-headed-for-approval-in-december/

G20. (2024, 31 de outubro). G20 Saúde aprova declaração ministerial em apoio à saúde global e cooperação internacional. https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-saude-aprova-declaracao-ministerial-em-apoio-a-saude-global-e-cooperacao-internacional

Ministério da Saúde. (2024a, 29 de outubro). Brasil reforça compromisso com declaração do G20 para enfrentar impactos da mudança climática na saúde. Governo Federal do Brasil. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/brasil-reforca-compromisso-com-declaracao-do-g20-para-enfrentar-impactos-da-mudanca-climatica-na-saude

Ministério da Saúde. (2024b, 29 de outubro). Líderes mundiais defendem produção regional de insumos como estratégia para redução de desigualdade. Governo Federal do Brasil. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/lideres-mundiais-defendem-producao-regional-de-insumos-como-estrategia-para-reducao-de-desigualdade

Ministério da Saúde. (2024c, 31 de outubro). G20 encerra com acordo unânime sobre mudanças climáticas, equidade em saúde e Uma Só Saúde. Governo Federal do Brasil. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/g20-encerra-com-acordo-unanime-sobre-mudancas-climaticas-equidade-em-saude-e-uma-so-saude

ONU News. (2024, 25 de setembro). Ministros de Relações Exteriores do G20 adotam proposta de reforma da ONU. Nações Unidas. https://news.un.org/pt/story/2024/09/1838216

Organização Mundial da Saúde. (2026, 15 de junho). Open letter to leaders of G7, G20, BRICS and all nations on finalizing the WHO Pandemic Agreement's Pathogen Access and Benefit-Sharing Annex. World Health Organization. https://www.who.int/news/item/15-06-2026-open-letter-to-leaders-of-g7-g20-brics-and-all-nations-on-finalizing-the-who-pandemic-agreement-s-pathogen-access-and-benefit-sharing-annex

Reuters. (2025, 22 de novembro). G20 summit in South Africa adopts declaration despite US boycott, opposition. https://www.reuters.com/sustainability/climate-energy/g20-leaders-meet-south-africa-seeking-agreement-despite-us-boycott-2025-11-22/

G20. (2024, November 18). G20 Rio de Janeiro Leaders' Declaration. G20 Information Centre; University of Toronto. https://www.g20.utoronto.ca/2024/241118-declaration.html

G20. (2025, November 7). Chair's summary: Health Ministerial Meeting. G20 Information Centre; University of Toronto. https://www.g20.utoronto.ca/2025/251107-health.html

O G7 e a reforma das Nações Unidas: grau de consenso e o papel da presidência francesa

El G7 y la reforma de las Naciones Unidas: grado de consenso y el papel de la presidencia francesa

The G7 and United Nations Reform: Degree of Consensus and the Role of the French Presidency

Resumo: O G7 mantém um consenso mínimo sobre a reforma da ONU, restrito à agenda de eficiência da UN80, e a França, na presidência de 2026, avançou no consenso no G7 e reservou ao plano nacional a ampliação do Conselho e a limitação do veto.

Palavras-chave: G7; UN80.

Resumen: *El G7 mantiene un consenso mínimo sobre la reforma de la ONU, limitado a la agenda de eficiencia de la UN80. En la presidencia de 2026, Francia impulsó lo consensual en el G7 y reservó al plano nacional la ampliación del Consejo y la limitación del veto.*

Palabras clave: *G7;* UN80.

Abstract: *The G7 holds only a minimal consensus on UN reform, limited to the UN80 efficiency agenda. Holding the 2026 presidency, France advanced consensual items within the G7 and kept Council expansion and veto restraint for its national agenda.*

Keywords: *G7;* UN80.

O informe desta quinzena, no que tange ao G7, trará uma discussão especial acerca da reforma da Organização das Nações Unidas. O termo "reforma da ONU" designa, no debate atual, duas agendas distintas. A primeira é a reforma de eficiência, conduzida pelo Secretário-Geral António Guterres desde março de 2025 sob o nome UN80, voltada à racionalização do Secretariado, à revisão de cerca de 4 mil mandatos e à fusão ou ao realinhamento de programas. Por não exigir emenda à Carta, avança por decisões da Assembleia Geral e do próprio Secretário-Geral. O orçamento regular de 2026, de US$ 3,45 bilhões, incorporou parte dessas medidas, com redução de 7% em relação a 2025 e corte de 2,9 mil cargos (ONU NEWS, 2026).

A segunda é a reforma de representação e legitimidade, centrada na composição do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e no uso do veto. Por exigir emenda à Carta, depende de aprovação por dois terços da Assembleia Geral e de ratificação por dois terços dos membros, incluídos os cinco permanentes (BLANCHFIELD, 2026). As negociações intergovernamentais (IGN) sobre o tema ocorrem desde 2009 sem resultado conclusivo.

A distinção organiza as posições. Para parte dos Estados, "reforma" funciona como sinônimo de corte; para outros, significa adaptar estruturas às realidades políticas atuais. Eugene Chen, do International Peace Institute, chamou a primeira acepção de "destrutiva" e a segunda de "construtiva". O presidente da 81ª Assembleia Geral, Khalilur Rahman, afirmou na abertura do debate geral que a UN80 é "apenas um começo" e que medidas orçamentárias, embora necessárias, não bastam (DUPRAZ-DOBIAS, 2026). Na leitura de analistas africanos,

cortes sem mudança na representação tendem a ser vistos como forma de preservar a influência estabelecida a um custo menor (OHEMENG-BOAMAH, 2026).

Dois fatores conjunturais pesam sobre o processo. O primeiro é financeiro: em 30 de abril de 2026, os EUA respondiam por 73% das contribuições atrasadas ao orçamento regular (US$ 2,04 bilhões) e por 63% das devidas às operações de paz (US$ 2,25 bilhões) (BLANCHFIELD, 2026). O segundo é a sucessão de Guterres, cujo mandato termina em 31 de dezembro de 2026. As sondagens informais no CSNU ainda não produziram um candidato claramente favorito entre os oito concorrentes, e analistas avaliam que o plano de reforma dificilmente continuará no formato atual sob a próxima gestão.

O G7 mantém um consenso mínimo sobre a reforma da ONU, limitado à agenda de eficiência administrativa e orçamentária associada à iniciativa UN80. O compromisso explícito com a reforma do Conselho de Segurança e com o fortalecimento da Assembleia Geral e do Secretário-Geral, presente nas declarações ministeriais de 2023 e 2024, como vamos ver a seguir, deixou de figurar nos textos conjuntos a partir de 2025. Ainda, para tornar mais complexo, o grupo reúne internamente os dois blocos rivais da negociação sobre o Conselho: Alemanha e Japão, no G4, aliança entre Alemanha, Brasil, Índia e Japão, com o objetivo de apoiar as propostas uns dos outros para ingressar em lugares permanentes no CSNU; e Itália e Canadá, no Uniting for Consensus, grupo de países formado na década de 1990 que se opõe à expansão de assentos permanentes no CSNU.

Já os Estados Unidos passaram a tratar a reforma primordialmente como redução de custos e condicionam o pagamento de contribuições atrasadas a medidas específicas. A França, na presidência do G7 em 2026, concentrou a agenda do grupo em resultados operacionais (operações de paz, eficiência humanitária, apoio à UN80) e reservou para o plano nacional as posições que dividiriam o grupo: ampliação do Conselho, com prioridade para a África, e suspensão do veto em casos de atrocidades em massa.

Evolução da posição conjunta do G7 (2023–2026)

As declarações dos chanceleres do G7 à margem da Assembleia Geral nos ajudam a acompanhar a evolução da linguagem. Um resumo pode ser visualizado no quadro 1 abaixo. Em 2023 (presidência japonesa) e 2024 (presidência italiana), os ministros comprometeram-se a trabalhar com todos os Estados-membros para fortalecer os papéis do Secretário-Geral e da Assembleia Geral e renovaram o compromisso com a reforma do Conselho de Segurança (G7, 2023, 2024a, 2024b).

Em setembro de 2025, sob presidência canadense, o texto limitou-se a reconhecer a "necessidade fundamental" de reforma para que a organização seja adequada ao seu propósito. As referências ao Conselho de Segurança, à Assembleia Geral e ao Secretário-Geral foram suprimidas (G7, 2025).

Em 2026, sob presidência francesa, a ONU aparece nos documentos de cúpula como ator de desenvolvimento: a declaração de Évian sobre parcerias internacionais (16 de junho) reconhece o valor do sistema ONU nessa área e incentiva a reforma, inclusive por meio da UN80 (G7, 2026). Na reunião de chanceleres às vésperas da AGNU, em 21 de setembro deste ano, em Nova York, os únicos documentos conjuntos trataram de um curto comunicado sobre o apoio inabalável à Ucrânia, a crise no Oriente Médio, a situação na Coreia do Norte e a importância de

uma região do Indo-Pacífico livre e aberta e da liberdade de navegação em Bab al-Mandab, até o momento.

A supressão coincide com a mudança de governo nos Estados Unidos e com a nova orientação americana para a ONU. Desde que Trump assumiu seu recente mandato, Washington trata a UN80 como oportunidade para reduzir ou eliminar programas e pessoal e reconcentrar a organização em paz e segurança. Em março de 2026, o embaixador Mike Waltz afirmou que os EUA alinhariam sua agenda à do Secretário-Geral, mas deixariam agências que "minam a soberania" americana e "não podem ser reformadas" (WALTZ, 2026).

Quadro 1 – Linguagem das declarações conjuntas do G7 às vésperas da AGNU sobre a reforma da ONU (2023–2026)

Ano	Presidência	Ocasião	Linguagem sobre a reforma da ONU
2023	Japão	G7 Foreign Ministers' Meeting at the High-Level Week of the United Nations General Assembly	Comprometeram-se a trabalhar com todos os Estados-Membros da ONU para fortalecer o papel do Secretário-Geral da ONU e da Assembleia Geral da ONU; Se comprometeram com a reforma no CSNU.
2024	Itália	Statement of the G7+ Ministerial Meeting on the Margins of the 79th Session of the UN General Assembly	Comprometeram-se a trabalhar com todos os Estados-Membros da ONU para fortalecer o papel do Secretário-Geral da ONU e da Assembleia Geral da ONU; se comprometeram com a reforma no CSNU. Compromisso com a implementação do Pacto para o Futuro.
2025	Canadá	Joint G7 Foreign Ministers Statement – Meeting of the G7 Foreign Ministers on the Margins of the High-Level Week at the United Nations General Assembly	Reconhecem a "necessidade fundamental" de reforma e ONU; se disponibilizam a participar dos esforços para garantir que a ONU esteja "apta a cumprir seu propósito"; sem menção ao Conselho de Segurança.
2026	França	Informal G7 Foreign Ministers' Meeting on the Sidelines of the United Nations General Assembly; Leaders' declaration on mutually beneficial international partnerships.	Apoio à UN80 e à ONU como ator de desenvolvimento; sem menção ao CSNU.

Fonte: elaboração própria com base em G7 (2023, 2024a, 2024b, 2025, 2026) e França (2026a).

A presidência francesa do G7

A França definiu sua presidência como de "equilíbrio, convergência e resultados" e optou por abrir os trabalhos a potências emergentes. Brasil, Índia, Coreia do Sul e Arábia Saudita participaram da reunião de chanceleres de Vaux-de-Cernay (26 e 27 de março), em sessão dedicada à reforma da governança global (França, 2026a). Para a cúpula de Evian (15 a 17 de junho), foram convidados Brasil, Egito, Índia, Quênia, Coreia do Sul, Catar, Emirados Árabes Unidos e Ucrânia. A ausência da África do Sul gerou questionamentos, que a França atribuiu à escolha do Quênia em razão da cúpula África-França realizada em Nairóbi (França, 2026a).

No âmbito do grupo, a França priorizou iniciativas operacionais que não dependem de acordo sobre o Conselho de Segurança. O chanceler Jean-Noël Barrot anunciou em Vaux-de-Cernay (i) um comitê de coordenação entre membros do G7 e os principais países contribuintes de tropas, encarregado de examinar o relatório do Secretário-Geral sobre o futuro das operações de paz; e (ii) apoio à UN80 no campo humanitário, com meta de economia de US$ 200 milhões anuais, sobretudo no Programa Mundial de Alimentos, e coordenação de oito plataformas logísticas humanitárias (França, 2026a).

No plano nacional, a posição francesa é mais ambiciosa. Em seu último discurso na Assembleia Geral como presidente (22 de setembro), Emmanuel Macron defendeu abrir o Conselho de Segurança a novos membros e regiões, "a começar pela África", e reiterou a iniciativa franco-mexicana de 2013 para suspender o uso do veto em casos de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, que reúne 128 Estados (THE AMERICA TIMES, 2026). Macron indicou que a França busca a adesão de todos os membros permanentes, o que sinaliza que a proposta ainda não conta com os demais integrantes dos países permanentes. A França preside o Conselho de Segurança em setembro de 2026 e declarou a intenção de recolocar a proposta na mesa de negociação (França, 2026b).

A França apoia de longa data assentos permanentes para Alemanha, Brasil, Índia e Japão, além de representação africana permanente; em outubro de 2024, o chanceler Barrot justificou a reforma como meio de tornar as decisões da ONU "mais legítimas" (ERTURK, 2024). O discurso de 2026 também marcou contraste com os EUA em outros temas, como a proposta de um modelo aberto de inteligência artificial de fronteira independente dos EUA e China.

Em síntese, a presidência francesa separou dois planos: no G7, avançou o que era consensual; na ONU e em seu discurso nacional, sustentou as posições que dividiriam o grupo. As perspectivas para o futuro envolvem três fatores: i) a escolha do próximo Secretário-Geral, que definirá se a UN80 continua e em que formato; a retomada das IGN na 81ª sessão, com a pressão do G4 por negociações com base em texto; e a transição da presidência do G7 para os Estados Unidos em 2027, que, em avaliação preliminar, reduz a probabilidade de retorno da linguagem sobre o Conselho aos textos conjuntos (FOCUS 2030, 2026).

Referências

ASSEMBLEIA Geral aprova orçamento de US$ 3,45 bilhões para ONU em 2026. ONU News, Nova York, 31 dez. 2025. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851960. Acesso em: 28 set. 2026.

BLANCHFIELD, Luisa. The United States and United Nations reform: in brief. Washington, DC: Congressional Research Service, 2026. (CRS Report, R49339). Disponível em: https://www.congress.gov/crs-product/R49339. Acesso em: 28 set. 2026.

DUPRAZ-DOBIAS, Paula. Uncertainties and leadership change overshadow reform drive at UN. Geneva Solutions, Genebra, 24 set. 2026. Disponível em: https://genevasolutions.news/global-news/uncertainties-and-leadership-change-overshadow-reform-drive-at-un. Acesso em: 28 set. 2026.

ERTURK, Nur Asena. France in favor of UN reform for better representation of all countries: French foreign minister. Anadolu Agency, Ancara, 25 out. 2024. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/europe/france-in-favor-of-un-reform-for-better-representation-of-all-countries-french-foreign-minister/3374315. Acesso em: 28 set. 2026.

FOCUS 2030. G7 France 2026: focus on development issues, understanding the challenges, keeping up with the latest news. Paris, 29 jul. 2026. Disponível em: https://focus2030.org/en/g7-france-2026-focus-on-development-issues-understanding-the-challenges-keeping-up-with-the-latest-news/. Acesso em: 28 set. 2026.

FRANÇA. Ambassade de France aux États-Unis. G7 Foreign Ministers' Meeting in Vaux-de-Cernay. Washington, DC, 26 mar. 2026a. Disponível em: https://us.diplomatie.gouv.fr/en/g7-foreign-ministers-meeting-vaux-de-cernay. Acesso em: 28 set. 2026.

FRANÇA. Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères. The United Nations General Assembly: France's priorities for the High-level Week. Paris, 23 set. 2026b. Disponível em: https://lc.diplomatie.gouv.fr/en/united-nations-general-assembly-frances-priorities-high-level-week. Acesso em: 28 set. 2026.

G7. G7 Foreign Ministers' Meeting at the High-Level Week of the United Nations General Assembly. Nova York, 19 set. 2023. Disponível em: https://2021-2025.state.gov/g7-foreign-ministers-meeting-at-the-high-level-week-of-the-united-nations-general-assembly/. Acesso em: 28 set. 2026.

G7. UNGA: statement by G7 Chair on Foreign Ministers' Meeting at the High-Level Week in New York. Nova York, 23 set. 2024a. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/unga-statement-g7-chair-foreign-ministers%E2%80%99-meeting-high-level-week-new-york_en. Acesso em: 28 set. 2026.

G7. G7 Foreign Ministers' Meeting statement. Fiuggi, 26 nov. 2024b. Disponível em: https://g7.utoronto.ca/foreign/241126-statement.html. Acesso em: 28 set. 2026.

G7. Joint G7 Foreign Ministers' statement: meeting of the G7 Foreign Ministers on the margins of the High-Level Week at the United Nations General Assembly. Nova York, 23 set. 2025. Disponível em: https://www.g7.utoronto.ca/foreign/250923-unga.html. Acesso em: 28 set. 2026.

G7. Leaders' declaration on mutually beneficial international partnerships. Évian-les-Bains, 16 jun. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/06/16/leaders-declaration-on-mutually-beneficial-international-partnerships. Acesso em: 28 set. 2026.

THE AMERICA TIMES. Statement by Emmanuel Macron, President of the French Republic, at the General Debate of the 81st Session of the United Nations General Assembly. Nova York, 22 set. 2026. Disponível em: https://www.america-times.com/statement-by-emmanuel-macron-president-of-the-french-republic-at-the-general-debate-of-the-81st-session-of-the-united-nations-general-assembly/. Acesso em: 28 set. 2026.

OHEMENG-BOAMAH, Anthony. The psychology of UN reform in a changing world. Mail & Guardian, Joanesburgo, 24 set. 2026. Disponível em: https://mg.co.za/thought-leader/2026-09-24-the-psychology-of-un-reform-in-a-changing-world/. Acesso em: 28 set. 2026.

WALTZ, Mike. Testimony of Ambassador Mike Waltz, U.S. Representative to the United Nations, at a Congressional Field Hearing on UN Reform. Nova York: United States Mission to the United Nations, 20 mar. 2026. Disponível em: https://usun.usmission.gov/testimony-of-ambassador-mike-waltz-u-s-representative-to-the-united-nations-at-a-congressional-field-hearing-on-un-reform/. Acesso em: 28 set. 2026.

Perspectivas econômicas e preparação para ameaças à saúde na OCDE

Perspectivas económicas y preparación ante amenazas para la salud en la OCDE

Economic prospects and preparedness for health threats at the OECD

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre a apresentação de atualização das projeções econômicas globais para 2026 e 2027 e a publicação de cinco documentos de temática de Saúde que abordam a preparação para riscos e emergências sanitárias.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

económicas mundiales actualizadas para 2026 y 2027 y la publicación de cinco documentos relacionados con la salud que abordan la preparación ante riesgos y emergencias sanitarias.

***Palabras clave**: OCDE; cooperación internacional.*

***Abstract:** The OECD's highlights include the presentation of updated global economic projections for 2026 and 2027 and the publication of five health-related documents addressing preparedness for health risks and health emergencies.*

***Keywords:** OECD; international cooperation.*

***Resumen:** Los aspectos más destacados de la OCDE encuentran la presentación de previsiones*

Durante a segunda metade do mês de setembro de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu a divulgação da segunda edição do ano de 2026 do relatório suplementar de sua usual iniciativa semestral *"OECD Economic Outlook"* (Perspectiva econômica da OCDE, em tradução livre), em que a organização internacional analisa e projeta as principais tendências e perspectivas econômicas internacionais para os próximos dois anos, além de expor um arranjo consistente de projeções para temas de produção, emprego, gastos governamentais, entre outros.

As atualizações da nova adição do relatório suplementar do estudo, intitulada "*OECD Economic Outlook, Interim Report September 2026: Weathering Successive Shocks"*, indicam que a economia global desacelerou no primeiro semestre de 2026, porém mostrou-se resiliente e resistiu melhor do que o inicialmente esperado ao choque na oferta de energia desencadeado pelo conflito no Oriente Médio. Segundo dados do fórum internacional, os impactos econômicos do conflito foram amenizados por uso de estoques substanciais de petróleo – incluindo a liberação coordenada de reservas estratégicas nas economias da OCDE –, maior de uso de rotas de abastecimentos alternativas, oferta adicional proveniente de fora da região do Golfo e medidas de apoio governamental, além de menor demanda por petróleo, especialmente por parte da China. A força contínua dos investimentos relacionados à inteligência artificial também auxiliou a sustentar a produção, o comércio e o crescimento econômico.

Desse modo, as últimas projeções econômicas provisórias da OCDE estimam um crescimento global de 2,9% em 2026 e 3,0% em 2027, elevando em 0,1 ponto as projeções de 2026. A evolução do conflito no Oriente Médio permanece altamente incerta e continuará a representar riscos consideráveis para as projeções de referência.

Ainda segundo as projeções do recente relatório, o crescimento do produto interno bruto nos Estados Unidos está projetado em 2,2% em 2026, antes de moderar para 2,1% em 2027. Na zona do Euro, o crescimento deverá ser de 1% tanto em 2026, como em 2027. Já o crescimento chinês deverá ser 4,5% em 2026 e 4,2% em 2027. Para o Brasil, a organização atualizou suas expectativas de crescimento em 2% para 2026 e em 1,9% para 2027, apontando uma relativa solidez e a expectativa do desempenho da economia brasileira e seu sucesso em contornar as turbulências mundiais.

As pressões inflacionárias persistem no cenário internacional, com a inflação do G20 agora prevista para ser mais alta em 2026 e 2027 do que o projetado anteriormente, refletindo a disparada dos preços globais de energia. Projeta-se que a inflação nas economias do G20 fique em 4,1% em 2026, recuando para 3,6% em 2027.

O relatório intermediário chama ainda a atenção de que os riscos permanecem inclinados para o lado negativo. O aumento das taxas de rendimentos dos títulos soberanos de longo prazo está intensificando as pressões fiscais sobre os governos. O rápido investimento em inteligência artificial vem impulsionando o crescimento, todavia depende cada vez mais de financiamento externo, o que poderia amplificar uma correção de mercado caso os retornos esperados não se concretizem. Eventos climáticos, como o *El Niño*, poderiam agravar as pressões já existentes sobre os preços das *commodities* e elevar os preços dos alimentos.

Diante desses desafios, o relatório destaca prioridades fundamentais para os formuladores de políticas, como, por exemplo, o alerta de que os bancos centrais devem permanecer vigilantes e assegurar que as expectativas de inflação estejam bem ancoradas. A OCDE adverte que são necessários esforços mais intensos para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e medidas para amortecer o impacto econômico do choque energético deverão ser direcionadas e temporárias, de modo a manter os incentivos à economia de energia.

Por fim, a OCDE ainda apresentou durante o período da quinzena a publicação de cinco documentos que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos temas de Saúde. Nesse sentido, os mesmos são brevemente identificados e apresentados a seguir.

O primeiro deles é o relatório *"The Economic Case for Pandemic Preparedness and Response: Beyond Lockdowns*", que busca analisar as possíveis consequências de futuras pandemias para a saúde da população, a resiliência dos sistemas de saúde e a economia em 51 países da OCDE, da União Europeia e do G20, utilizando técnicas avançadas de modelagem epidemiológica e econômica e análises baseadas em cenários. O estudo avalia em que medida oito intervenções não farmacêuticas podem mitigar os impactos sanitários e econômicos nas fases iniciais de cinco tipos de cenários de surto, antes que intervenções farmacêuticas ou vacinas estejam disponíveis em larga escala. Complementar à publicação, o fórum internacional ainda lançou o *policy brief "Planning ahead for the next pandemic: Acting early saves lives and protects economies"*, que compila e resume informações sobre o estudo tema do relatório.

Na esteira da discussão, o também *policy brief "Tracking spending on prevention, preparedness and response to global health threats"* apresenta conclusões iniciais sobre os gastos com atividades de prevenção, preparação e resposta (PPR) no setor de saúde em diferentes grupos de países. Baseando-se na colaboração entre dados da própria OCDE com a Organização Mundial da Saúde, o Banco Mundial, o Eurostat e outras partes interessadas relevantes e fóruns internacionais, a iniciativa concentra-se em atividades e orçamentos que combatem doenças com potencial pandêmico e apoiam o enfrentamento de outras ameaças globais à saúde, desde resistência antimicrobiana até riscos químicos, radiológicos e de biossegurança.

À medida que cresce o risco de ameaças à saúde global, é necessário um melhor monitoramento dos gastos com PPR a pandemias e outras ameaças à saúde global, para embasar decisões informadas sobre investimentos sustentáveis. Isso é particularmente importante em um cenário de financiamento da saúde global em transformação, no qual os países de baixa renda e vulneráveis estão na linha de frente da maioria dos riscos à saúde global e, ao mesmo tempo, são os mais afetados pelos cortes na ajuda internacional. Assim, a pesquisa sinaliza que os gastos nacionais com PPR – financiados por fontes tanto internas quanto externas – tenham recuado em relação ao pico observado durante a pandemia, ainda permanecem, em geral, acima dos níveis pré-pandêmicos. Ademais, em países de baixa renda, a maior parte das

despesas com PPR é financiada por fontes externas, incluindo a assistência oficial ao desenvolvimento, evidenciando como os recentes cortes nos orçamentos de ajuda internacional podem comprometer a preparação global.

Intitulado *"Strengthening the EU's Medical Supply Chains: International Co-operation and New Technologies for Better Emergency Preparedness"*, o quarto documento a ser ressaltado no presente informe busca analisar as cadeias europeias de suprimentos de produtos médicos, com foco especial em contramedidas médicas, através da lente de cooperação internacional e se preocupando também com iniciativas de preparação e de fortalecimento a resiliência diante de emergências de saúde pública. Assim, avalia instrumentos de política baseados na cooperação internacional que poderiam reforçar a segurança do abastecimento na União Europeia, incluindo medidas para ampliar a capacidade de fabricação e diversificar o suprimento, promover o alinhamento regulatório e a facilitação do comércio, e gerenciar picos de demanda. O estudo ainda examina como tecnologias inovadoras e estruturas de dados têm potencial para o aprimoramento do monitoramento da cadeia de suprimentos e a previsão de demanda, permitindo a detecção precoce de riscos, uma melhor coordenação entre atores e uma gestão mais proativa de interrupções.

Já o artigo "Benefit transfer of willingness-to-pay estimates for avoiding negative chemicals-related health effects" apresenta os resultados do primeiro estudo de valoração por preferência declarada a avaliar reduções no risco de desenvolver hipotireoidismo, preenchendo uma lacuna importante na literatura sobre valoração e atendendo à necessidade de análises aplicadas de benefícios para a regulamentação de produtos químicos, advindo de uma pesquisa veiculada em 12 países (Áustria, Canadá, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Grécia, Japão, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos).

Referências

OCDE. Global growth holds up despite successive shocks, but risks persist. OECD [Internet]. 2026 Sep 23 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/09/global-growth-holds-up-despite-successive-shocks-but-risks-persist.html.

OECD. OECD Economic Outlook, Interim Report September 2026: Weathering Successive Shocks. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/f751d02b-en.

OECD. The Economic Case for Pandemic Preparedness and Response: Beyond Lockdowns. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/b7b3852e-en.

OECD. Planning ahead for the next pandemic: Acting early saves lives and protects economies. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/c5602a1c-en.

OECD. Tracking spending on prevention, preparedness and response to global health threats. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/899eabea-en.

OECD. Strengthening the EU's Medical Supply Chains: International Co-operation and New Technologies for Better Emergency Preparedness. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/cc235a9c-en.

OECD. Benefit transfer of willingness-to-pay estimates for avoiding negative chemicals-related health effects. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 25]. Available from: https://doi.org/10.1787/f11379a0-en.